

| 1121 | URBANIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO PAPEL DA MULHER NA IMPRENSA FEMININA DO RIO DE JANEIRO

Clarice Rodrigues de Carvalho

Resumo

Na virada do século XIX para o XX, na capital da recém República, necessidade de controlar e disciplinar a população, levaria a reestruturação dos espaços urbanos. O projeto de modernização e embelezamento transformaria o Rio de Janeiro em uma porta de entrada para um país que crescia e se transformava. A partir de reforma urbana e de políticas públicas, pretendia-se uma reforma dos modos de vida, da cultura e até mesmo do corpo, com isso, tenta-se apagar uma memória social ligada a um país agrário, retrógrado e construir uma nova memória de um país moderno e destinado a um futuro urbano. Durante esse processo de urbanização e modernização, a mulher emerge como protagonista, portadora de um importante papel na transformação de sua imagem e do modo de vida urbano, além de uma transformação da família patriarcal colonial para a família burguesa. O presente artigo pretende compreender como se deram as transformações sociais e culturais, legitimadas pela imprensa e retratadas pela literatura da época, que instigava a população a uma mudança profunda, não só construindo uma nova narrativa da nação, mas forjando de um imaginário urbano e novos modos de subjetivação, onde se enfatiza o caso da subjetividade feminina.

Palavras-chave: Imaginário, cultura, cidade, subjetividade, mulher

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo de família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda até hoje. (HOLANDA. *Raízes do Brasil*, 1995:145)

Mulheres no processo de urbanização da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

Durante o século XIX, a vida da cidade se transforma. Com a vinda da Corte passa a existir um espaço de sociabilidade cortesã que é muito diferente do experimentado pela maioria da população, que nas sinuosas ruas ganha a vida, tece laços de sociabilidade e solidariedade. Havia uma separação entre a Corte e a cidade, apesar de coabitarem o mesmo espaço, são duas dimensões distintas de sociabilidade. De um lado a Corte, com a criação de seus espaços de sociabilidade como o teatro, salões ou a imprensa, e adoção de comportamentos *civilizados* à exemplo das Cortes européias. E de outro lado, a sociabilidade dos personagens populares da cidade e seu cotidiano, os comportamentos dos habitantes que nasceram e cresceram no Rio de até então, negros, mestiços, homens livres e pobres.

Às mudanças no plano do imaginário ocorriam concomitantes às necessidades de transformações do espaço urbano então ocupado, que remanesceu à época colonial. O súbito aumento populacional, suscitado pela vinda da Corte, criou a necessidade de novas freguesias, calçamentos, iluminação, loteamentos, posturas municipais. Assim como também eram criadas novas instituições tais quais Banco do Brasil, a Polícia da Corte, o IHGB e a Real Academia de Bellas Artes, que contribuíram para o desenvolvimento das atividades políticas, econômicas e culturais que marcaram esse período e a cidade. Essas mudanças colaborariam para o desenvolvimento urbano de uma cidade que teve sua importância política alterada pela sua nova posição de capital do Império Lusitano. Junto com essas transformações começa a se formular um certo imaginário que diz respeito de a um modo de vida urbano que fosse digno de uma capital de império. O Brasil almejava transitar entre os países civilizados e para isso, era preciso remodelar os padrões sociais, valores, e assim, a sensibilidade dos cidadãos que estavam envolvidos e eram partícipes dessas transformações. A vida no Rio era pulsante, tanto no social, no cultural, no econômico e no político.

Foi na chácara, através do palanque e do caramanchão ou do recanto de muro debruçado para a estrada, e foi no sobrado, através da varanda, do postigo, da janela dando para a rua, que se realizou mais depressa a desorientação da vida da mulher no Brasil. Sua europeização ou reeuropeização. A varanda e o caramanchão marcam a vitória das mulheres sobre o ciúme sexual do homem e uma das transigências do sistema patriarcal com a cidade anti-patriarcal. Ciúmes que exprimia em termos tão fortes na arquitetura quase convento da casa-grande. Com a varanda e o caramanchão veio o namoro de mulher senhoril não apenas com o primo, mas com o estranho. Um namoro tímido, é verdade, de sinais de lenço e de leque. Mas o bastante para romantizar o amor e torná-lo exógeno. Quando as urupemas foram arrancadas a força dos sobrados do Rio de Janeiro, já nos tempos de D. João, e dos sobrados de Recife e das cidades mais opulentas da colônia já quase independentes de Portugal, pode-se dizer que se iniciou uma nova fase nas relações entre os sexos (FREIRE, 2004 p. 272).

A posição da mulher dentro da família está na sua função reprodutora, uma característica biológica, portanto universal e atemporal. Essa característica da maternidade pôde estabilizar e dar permanência, em suas diferentes formas -a família - trazendo como consequência, em quase todas as sociedades, a subordinação social da mulher. E de acordo com Araújo (1995:62) essa característica universal do papel social da mulher como reprodutora independe dos condicionamentos de classe. Entretanto, ao relacionar com o

projeto de urbanização e o papel da mulher como instrumento privilegiado da medicina social, as formas de imposição das mudanças desejadas, são distintas. À Dama, sua função moralizante da família, que através dos periódicos femininos, ganha força e se amalgama com a luta pelos direitos políticos e civis. A libertação da mulher, nas diversas camadas sociais, se dava de formas diferentes, mas seu papel de mãe-de-família é central. A mulher pobre, pela necessidade de sustento, estava mais livre da dominação econômica masculina. Podemos ver ao longo do processo de urbanização e modernização, as formas como se deu essa mudança no papel social das mulheres, seja ela dama ou trabalhadora.

A cidade das Damas

A sociedade se polia, exibindo-se nos salões e esmerando-se nas maneiras fidalgas do cerimonial da Corte, no requinte de decoração dos lares abastados, nos encontros no Passeio Público ou nas compras na Rua do Ouvidor, eram maneiras de reluzir a civilidade que entrava pelo porto do Rio.

Nesse momento de construção de novas formas de sociabilidade em nossa sociedade é que se atualiza o lugar da mulher nessa dinâmica social. Com a abertura de salões das casas abastadas para realização de saraus, bailes, jantares e festas, é quando começa a circular a figura da Dama. Seus salões são espaços intermediários entre a casa e a rua. Desta forma, a mulher da elite aparece como capital simbólico do marido, como reflexo de seu status na sociedade e da sua sofisticação cosmopolita.

Num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem de suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas(e serviçais) cuidavam da imagem do homem público, esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social (D'INCAO, 2000 p.129).

A elite se deliciava com os artigos de luxo da Rua do Ouvidor, mimetizando a civilidade comportamental européia, atraindo a elite de outras regiões do país. O Rio lança modas que devem ser incorporadas por pessoas de outras regiões. O Rio de Janeiro se apresenta como laboratório urbano do Brasil. O moderno e o tradicional se amalgamavam nos comportamentos e modos de vida. Os viajantes que aqui chegavam constataavam a mudança comportamental que se constituía, Gardner (2004) escreveu:

O grande desejo dos habitantes parece ser o de dar uma fisionomia européia à cidade. Uma das mais belas ruas da cidade é a Rua do Ouvidor, não porque seja a mais larga, mais limpa ou mais bem pavimentada que outras, mas porque é ocupada principalmente por modista francesas, joalheiros, alfaiates, livreiros, sapateiros, confeitores, barbeiros. Todas as casas são guarnecidas com elegância que um estrangeiro não espera encontrar, e muitas têm janelas formadas de grande painéis de vidro, semelhantes aos que são agora tão comuns nas grandes cidades da Grã-Bretanha. É a Regent Street do Rio e aí encontram quase todos os objetos de luxo europeus (Gardner apud AS PROVINCIAS..., 2004, p. 380).

A Rua do Ouvidor era freqüentada por todos aqueles que gostariam de adquirir produtos que os ligassem aos aspectos de modernidade e civilização. O exigente consumo da elite fez com que fosse o centro de produção de bens e serviços artesanais sofisticados, atraindo a elite de outras partes do reino para desfrutar dos luxos e sentir-se perto da Corte. A vida metropolitana se constrói e se sofisticava nos hábitos urbanos e na medida em que a cidade cresce e ampliam-se suas relações com o exterior. A Rua do Ouvidor não era um lugar só do consumo, era uma passarela para a elite ou para os que desejavam ascender socialmente, a expressão da fantasia de identificação da elite. Era de praxe, os homens públicos passearem por suas livrarias, cafés após o dia no escritório, tanto para reforçar os laços grupais, quanto para fecharem negócios entre seus pares. As mulheres, devidamente acompanhadas por algum familiar, se encontravam nas confeitarias (uma dama jamais entraria em um café ou bar). Esse desejo de civilidade foi marcante na cidade, não somente na moda, mas como nos comportamentos, na sociabilidade.

Controlando o vestuário, as pessoas aprendiam a esmiuçar, reconhecer, caracterizando pormenorizadamente os detalhes de seus corpos e dos corpos dos outros(...)A escolha da roupa passou a ser ocasião de hesitações, discussões, reflexões sobre o físico, ponderações sobre “o moral”, enfim, de renovação permanente do controle e do interesse da família sobre ela mesma(...)Toda a mensagem da propaganda higiênica insuflava a família a abrir mão dos antigos hábitos em troca das formas de viver européias.No entanto, está incitação à mudança destinava-se nas fronteiras da moda.(Costa,2004:131-132)

Com a iluminação pública e os transportes, foi prolongado o tempo de permanência na rua pela elite, nas confeitarias, no Passeio Público, nos teatros, nos bailes. Os salões luxuosos eram reveladores do refinamento da sociedade. Neles eram difundidas as novidades vindas da Europa. A maioria do Império, do Corpo Diplomático e dos homens de negócios, que ambicionavam ascensão social, freqüentavam e muitas vezes fechavam seus

negócio entre rodopios nos salões e, até mesmo, os estrangeiros que pretendiam distinção social.

Com a sociedade de Corte, esse papel feminino se modifica. O isolamento da mulher no período colonial foi aos poucos se afrouxando durante o Império, dada a importância dos salões para a vida pública e para os negócios, iniciando uma mudança no papel da mulher. Na transição do século XIX para o século XX - no momento que emerge a necessidade de uma modernização do Rio de Janeiro - na mudança das relações sociais senhoriais para as relações sociais burguesas. A cidade lutava contra os comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram consideradas inadequadas e atrasadas para essa nova situação de modificações das estruturas societárias na transição dos regimes econômico e político (D’Incao, 2000 p. 226).

O papel do Rio, como capital, tornou-se modelo de urbanização e de organização social desejados. *Civilizar* era o objetivo técnico-institucional de uma rede de instituições que deveriam nortear esse processo, tanto o espaço urbano quanto no plano ideológico, no controle da moral e da família. Nesse quadro de estruturação urbana e de sua população, a família, foi vista mais do que nunca, como sustentáculo desse projeto normatizador, e a mulher, como objeto/instrumento privilegiado da medicina social. Esse ideal de mulher estava sempre em oposição ao da prostituta. *O recato com que a família abordava e se deixava abordar pela cidade foi atacado pela medicina a serviço da urbanização e do Estado.*(Costa, 2004:133)

A reeducação da mulher em mãe higienizada pela Medicina Social, tornou-se instrumento estatal de reconfiguração familiar, base para construção da Nação. E cada vez mais reforça-se o ideário de que a função integral da mulher é ser esposa e mãe, idéia que só pode ser atingida dentro da esfera familiar através da intervenção técnica da medicina social na construção da “família burguesa higienizada”. Os cuidados e dedicação das mães para com a família e os filhos (futuros cidadãos) ganha força nos discursos, valorizando as mães a cuidarem da primeira educação de seus filhos, amamentação materna e educação moral.

Dentro de um quadro de instabilidade e mudança social e de valores da sociedade na cidade do Rio de Janeiro, a Medicina Social apoderou-se do espaço urbano e imprimiu sua marca de poder na população e na família higienizada - alvo maior para a construção do Estado Brasileiro- na medida em que ordenou o caos urbano através de suas noções e suas ações. O governo utilizou-se dessas técnicas para persuadir e submeter à família e o indivíduo aos interesses do Estado. “A higiene revelava a dimensão médica de quase todos

estes fenômenos físicos, humanos e sociais e construía para cada um deles uma tática específica de abordagem, domínio e transformação” (COSTA, 2004, p.30).

Para a construção dessa nova mulher, as camadas privilegiadas, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática, se completava com o aprendizado do piano, do francês, além dos bordados, pintura, rendas e habilidades culinárias. Ou seja, uma educação que proporcionasse ferramentas para exercer seu papel de esposa/mãe-de-família. Isso fica evidente na lei de instrução pública de 1827:

As mulheres carecem tanto ou mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons ou maus: são a origem das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas. (Lei de instrução pública, 1827, apud E.M.Lopes. A educação da mulher: a feminização do magistério. *Teoria e Educação*, 1991.n.4,p.26)

Na década de 1820, a imprensa passa a ocupar um lugar de destaque no registro das transformações sociais em curso. A cidade era revelada como o *lugar* por onde a mudança do Brasil começava, fervilhando de novidades nas artes, na economia, nos costumes, na moda e na administração do Império, o palco por onde civilização se construía. É na imprensa que a vida urbana era refletida e pensada, por onde *a cidade começa a ser observada* (PECHMAN, 2002, p.171) e a sociedade pensada.

A imprensa vivia da novidade, seja nas notícias oficiais, seja nas crônicas de costumes, que em suas observações da sociedade, constituiriam as representações sobre a vida urbana e sobre o processo de urbanização.

Para mostrar essa metamorfose da cidade, esse processo de invenção social que as imagens da cidade recobrirão a própria cidade, transformando-a um objeto de saber, por conseguinte, apto a ser apropriado pela crônica e/ou romance, ou quaisquer outras formas de representação, procurei surpreender aquele momento mágico em que a pedra vira discurso e o discurso simula a pedra. Dito de outra maneira: aquele momento em que a cidade é representada como corpo, corpo que produz imagens do que deve ser a cidade.

Tais metáforas representativas da cidade, que já vinham sendo examinadas principalmente nos escritos dos viajantes, e mesmo nos debates na Câmara a propósito das melhorias urbanas, concretizavam-se nas teses dos acadêmicos de medicina, defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a partir de 1820 (PECHMAN, 2002, p. 175-176).

Algumas mulheres se destacam na luta pela emancipação feminina, a imprensa feminina aparece como espaço social por onde as idéias alcançavam todo o território nacional, na tentativa de discutir o novo papel feminino nesse processo de urbanização e

modernização. Em agosto de 1862, surge o *Bello Sexo*, periódico religioso, instrução e recreativo voltado para o público feminino, cunho político e noticioso moderado. Sua redatora, Julia de Albuquerque Sandy Aguiar, tinha como objetivo, esclarecer as mulheres de seu papel na sociedade que se transformava. No primeiro número, seu marido, Joaquim Bernadino, caixeiro-gerente do jornal *A Formiga*, esclarece na primeira edição, no seu papel de gerente do *Bello Sexo*, aos homens que considere os primeiros ensaios de D. Julia e a respeitem enquanto senhora casada e mãe. No primeiro número, a redatora esclarece:

“Senhores redatores. Eu sou a primeira que conheço o acanhamento de minha inteligência e instrução, e pois isso a ousadia que tomo em apresentar em público essa folha(...) mas só tenho em mente obrigar o meu sexo a vir à imprensa concorrer com seu contingente para o progresso social, para o grande público, e assim fazer com que se desenvolvam grandes inteligências, grandes capacidades, grande gênio que existem no meu sexo, olhados com pia indiferença, abandonados pelos homens de letras, esquecidos pela franqueza de sua constituição própria.

Eu desejo que minha companheiras de sexo marquem na minha terra uma época de grandeza, ilustração e completo progresso, desejo que as minhas companheiras de colégio venham encontrar-se comigo neste labirinto da vida, e provar que nossos pais, nossos mestres, não despenderam, nem trabalharam de balde; desejo que não se limitem só a ser mães de família esquecendo seus deveres de filhas da pátria; porque, assim como os homens trabalham para o nome da glória de seus filhos, nós, como mulheres, devemos empreender também trabalhos da inteligência que tanto tem a contribuir para ufania daqueles que trouxemos em nossos seios (...)

A essas senhoras que fazem a honra ao nosso sexo, (...) a elas pertence esta folha: dignem-se pois a cooperarem para importância, com o fruto de suas inteligências (...)” (*O Bello sexo*, 1862, vol 1).

Em outros periódicos femininos, o discurso pela educação e emancipação feminina ganha eco. Suas redadoras tinham na educação, suporte necessário para a emancipação feminina, lutando para que as mulheres se livrassem dos grilhões do passado e dos estigma do sexo frágil, além, da constituição dos direitos civis femininos. Em outro periódico da época, apesar de um tom paternalista e de utilizar o novo papel social higienizado de mãe, *O Sexo Feminino*, fundado em 1873 por sua redatora Francisca Senhorinha da Motta Diniz, essa luta pela emancipação feminina e quebra do estigma sobre o sexo frágil fica evidente:

A mulher pertence ao sexo frágil, como é denominado pela onipotência do homem, é um móvel, um brinquedo que o capricho de qualquer estóico coloca no canto da casa, ou atira barbaramente à última escala social!

Vedada a instrução, que a perspicácia masculina tem julgado incompatível com o sexo, inconsciente de seus direitos, elas, qual cordeiros humildes, deixa subjugar-se e esmagar-se pela manopla de ferro de qualquer bárbaro. (...)

A mulher dotada com as mesmas faculdades do homem, com inteligência e razão abertas a receber o cultivo das letras, das artes e das ciências, para ser útil à pátria e desempenhar sua missão na sociedade, a maior e mais sana missão da humanidade que toda depende da - mãe de família - deve chamar a si os foros que não pode negar-lhe uma sociedade culta.

Com instrução conseguiremos tudo, e quebraremos ainda as cadeias que desde séculos de remoto obscurantismo nos roxeiam os pulsos e aviltam a própria dignidade. (O sexo feminino, 1873, ano I, nº2)

Esse periódico após a Proclamação da República passa-se a chamar: *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Sua redatora esperava que os homens das letras que lutam pela liberdade formassem um partido que aprove seu projeto de emancipação feminina, dará por terminada sua missão. Essa emancipação feminina se relacionará com ideais de liberdade, igualdade e progresso para a construção do sistema republicano. (BICALHO, PPGAS, 1988:121)

As Damas da Rua

Logo que chega ao Rio de Janeiro, o Rei cria a Polícia da Corte, instituição incumbida de manter a ordem na cidade. As tarefas do intendente geral da polícia não são poucas: desde o arruamento, cuidados com o asseio e a conservação de ruas, praças, chafarizes, como também de fiscalizar os transportes, os teatros, os divertimentos públicos, a iluminação pública, a imprensa, os registros de estrangeiros, reprimir a vadiagem, ou seja, a manutenção da ordem pública. A polícia surge como instituição que visava enquadrar a sociedade numa ordem do novo modelo de decoro público e de controle social que os costumes caminham em busca da civilidade.

O ex-escravo ou trabalhador pobre sem ocupação era considerado pelas classes dominantes como vadio nas ruas do Rio e que é objeto de atenção da polícia, explicita, a falta de um espaço legítimo para o trabalhador pobre urbano no imaginário social. O trabalhador pobre representava uma figura perigosa por não estar enquadrado no espaço legítimo no processo produtivo. O crescimento urbano, o aumento da população amplifica vários problemas que estão em pauta nos debates da elite imperial formadora dos quadros burocráticos de gestão administrativa: os temas da saúde, da segurança pública, da ordem e

da moral urbana. *O médico higienista dá a mão ao engenheiro urbano formando o núcleo de especialistas na cidade* (LESSA, 2005, p.139).

No entanto, o Rio de Janeiro, a rua era o lugar do populacho, dos ganhos, da confusão. Era preciso uma nova forma de apropriação do espaço público, uma forma civilizada, de praças belas, cafés para encontro (um lugar privado) entre os intelectuais e as pessoas refinadas, as bibliotecas, os teatros, ou seja, um novo modo de vida. A rua para o pobre era lugar do ganho, do trabalho, a casa deveria ser mais perto possível, visto que era caro e demorado se locomover pela cidade, daí o grande número de cortiços.

Os códigos de posturas municipais queriam garantir a normatização e controle social. Com a questão da vadiagem, a polícia preocupa-se de manter a ordem urbana, disciplinando e reprimindo as pessoas que poderiam ser enquadradas como vadios (homens pobres). Sendo os vadios os homens pobres e livres da cidade, cuja condição fundamental para sua reprodução e sobrevivência consistia em perambularem pelas na tentativa de garantir algum trabalho. E as mulheres pobres muitas vezes, para se sustentarem, se prostituem, sendo perseguidas pelas autoridades.

Neste sentido, a ordem aparece como uma das formas de transformar a sociedade, dando um novo significado aos modos de vida e a sociabilidade, no controle social da cidade, na formação social brasileira e seu projeto político civilizatório, engendrando um novo imaginário urbano, uma nova moral e novas formas de produção de subjetividade.

A imagem negativa do povo selvagem e incivilizado causava um mal-estar nos setores mais privilegiados da sociedade e que demandaria um conhecimento científico dos modos de vida populares e de seus espaços como cortiço, favelas, botequins e nas ruas. Esse olhar analítico dos especialistas, médicos higienistas e de outros, ligados aos aparelhos de Estado, classificaram a população, tentando eliminar as diferenças, normatizando o Outro, impondo o modelo imaginário de família burguesa.

Estas instituições de vigilância, controle e correção dos corpos, tinham por função produzir corpos dóceis¹ para fixar o trabalhador à máquina e à produção apropriando-se do tempo e do trabalho dos indivíduos. No Panóptico, vigilância e exame são exercidos por alguém que detém o poder sobre os indivíduos, poder este fincado num saber, que por sua vez surge no próprio exercício do poder. Tudo se ordena a partir de imposições

¹ Foucault, M. (1999) Aula de 17 de março de 1976. In.: *Em defesa da sociedade* : “Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo” (p. 297).

institucionalizadas, de poderes que estabelecem as normas, o que é certo ou errado, o que se deve ou não fazer. Dentro dessas instituições, o indivíduo era “incluído” e disciplinado, constituindo grupos específicos submetidos à disciplina e ao controle, seja por parte do Estado -nas escolas, hospitais, hospícios- ou pelos donos dos meios de produção -nas fabricas (CARVALHO,2006).

Essas estruturas institucionais tinham como função ligar os indivíduos aos aparelhos de produção, formação, reformulação ou correção de trabalhadores. Todas as instituições caminharam para um mesmo objetivo: transformar a vida em tempo de trabalho, o tempo de trabalho em força de trabalho, e a força de trabalho em força produtiva (FOUCAULT,1996, p.122).

Para a polícia, a manutenção da ordem urbana, garantia o bom funcionamento da cidade para os fluxos de importação e exportação, para que o sistema econômico escravista pudesse se processar, ou seja, a cidade como centro da produção e reprodução da economia agrária. *A ordem urbana era a condição da ordem nacional* (PECHMAN,2002, p.108).

Instituir hábitos moralizados e o modelo de família nuclear burguesa, contrastavam com as práticas populares. A utopia reformadora e a promoção de um novo modelo de feminilidade - a esposa-mãe-de-família - conjugados com a preocupação na formação das crianças (os futuros cidadãos), tornará a mulher como peça-chave para a reorganização da família burguesa e dos princípios higienizantes.

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Essa desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. (RAGO, 1985:65)

A necessidade de trabalhar para o seu sustento e de sua família, acarretava às mulheres das classes populares uma certa liberdade e independência em relação a dominação masculina. Essas mulheres estavam muito mais ligadas à rua, pois dela dependia seu sustento, eram elas as mulheres que os viajantes viam transitando. O consumo fetichista também estava presente nas classes populares, mas de maneira muito peculiar em que se tentava imitar a ‘toilette’ das mulheres da elite, que por sua vez mimetizavam padrões europeus de moda. Nas festas religiosas, muitas se preparavam com esmero e não deixavam de se divertir. Nas palavras de um viajante:

[...] são muito amigas do divertimento, a música, o canto, a dança, o carnaval, e também, as festas populares da Igreja, fazem-nas perder a cabeça e dias e até semanas antes preparam as suas 'toilettes' em que gastam todas as suas economias (LAMBERG apud SOIHET, 2003).

Nas festas populares, os pobres homens e mulheres se expressavam, sua cultura e seus comportamentos contrastavam com os padrões europeus incorporados pelas elites. As músicas e as danças populares são expressões culturais em que os corpos se expressavam de maneira libidinosa e escandalizavam:

E, são recorrentes as observações, acerca do caráter voluptuoso dessas danças, pormenorizando suas características sensuais. O batuque é objeto de inúmeras referências, ressaltando-se 'suas atitudes finas de lascívia, que o uruncugo acelera ou retarda' assim como aludindo a 'certos movimentos do corpo (...) demasiado expressivos; (...) principalmente as ancas que agitavam: enquanto o dançarino faz estalar a língua e os dedos'. Ao que acrescenta Ribeyrolles: 'alegrias grosseiras, volúpias asquerosas, febres libertinas, tudo isso é abjeto e triste; porém, os negros apreciam essas bacanais, e outros tiram delas proveito. Não será isso um meio embrutecimento?' (RUGENDAS; RIBEYROLLES apud SOIHET, 2003).

Neste sentido, a ordem aparece como uma das formas de transformar a sociedade, dando um novo significado aos modos de vida e a sociabilidade, no controle social da cidade, na formação social brasileira e seu projeto político civilizatório, engendrando um novo imaginário urbano, uma nova moral e novas formas de produção de subjetividades.

Após a Proclamação da República, o processo de transformação da sociedade brasileira se acelerou, tanto pelas mudanças sociais quanto pelas demandas do capital. O período de Passos foi fundamental para a superação e transformação da cidade colonial e na construção da cidade moderna que exigia estruturas para atender a demanda e se adequar ao Modo de Produção Capitalista. O papel do estado fora fundamental na intervenção urbanística quanto para as necessidades de reprodução do capital no Brasil.

Esse período foi importante em três aspectos: primeiro era uma nova organização social e espacial com surgimento de novas funções à cidade, na medida que se eliminava formas antigas de usos; em segundo era a intervenção maciça estatal sobre o urbano sob uma nova lógica econômica e ideológica que necessitava da expulsão dos pobres da área central e mais valorizada. Em terceiro ao se resolver algumas contradições do espaço, se constrói outras para a organização e usos dos espaços. Na medida que a Reforma Urbana se concretizava agravava o já existente déficit habitacional da cidade, desta forma, a

necessidade de moradia para os mais pobres foi remediada por eles numa forma já existente desde 1897, a favela (ABREU,1997, p. 63).

A normatização da vida e a regularização dos usos dos espaços públicos legitimadas pelas questões de saúde pública e da higiene não se limitavam ao conjunto de intervenções urbanísticas na concretude material da cidade, mas penetraram na forma como a sociabilidade se dava e nos valores socialmente construídos e aceitos que dão suporte à construção de um imaginário coletivo, urbano e com pretensões nacionais. A transformação urbana projetaria no espelho da vaidade elitista uma cidade moderna desejada que precisava tornar real um país das maravilhas. Entendemos que a matriz desse “potencial metafórico nacional” vamos encontrar no processo histórico brasileiro. E, nesse caso, o exemplo carioca é especial para que se apreciem certas peculiaridades que marcarão as representações do urbano no país.

A mulher pobre estava na rua, trabalhando para sustento de sua família o que acarretaria uma certa autonomia do modelo dominante de mulher higienizada. Sua forma de estar na ruas, necessidade de trabalho, relação ao amor e ao casamento (quase em sua maioria concubinato) eram muito mais flexíveis. Apesar da semelhança dos padrões dominante de feminilidade atingir as mulheres de classes sociais diferentes, as mulheres populares possuíam características próprias, padrões específicos ligados à suas condições materiais de existência. Por sua participação no mundo do trabalho, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam aos padrões universais do que seria as características do sexo feminino: docilidade, submissão, recato, delicadeza e fragilidade.(Soihet, 2000:367). Eram mulheres que trabalhavam muito, em sua maioria não eram formalmente casadas (devido ao alto custo) e fugiam dos estereótipos atribuídos ao sexo frágil. Isso ficava mais evidente nas manifestações culturais populares.

E uma característica dos populares no Rio de Janeiro, na virada do século, particularmente de sua parcela feminina foi a de garantir nela o seu espaço, dando lugar à movimentação e exibição de seus corpos, não obstante os preconceitos que enfrentava(SOIHET, 2003 p.186).

A supremacia do poder masculino afetava as mulheres mais no plano dos valores morais. A reeducação da mulher em mãe higienizada pela Medicina Social, tornou-se instrumento estatal de reconfiguração familiar, base para construção da Nação. A sexualidade da mulher, passa para a tutela da psiquiatria, que classifica e ordena o saber. A mulher que revelasse uma sexualidade anormal, uma insuficiência ou falta de amor materno, seria histérica, e portanto, potencialmente criminosas. *Lugar de ambigüidade e espaços por*

excelência da loucura, o corpo e a sexualidade femininos inspirariam grande temor nos médicos e aos alienistas, constituindo-se em alvo prioritário das intervenções normalizadoras da medicina e da psiquiatria.(ENGEL,2000:333)A mãe higienizada de um lado, a prostituta pobre de outro, tornam-se figuras antagônicas da mulher, mas também os alvos da intervenção médica.

Descritivamente, essa reciclagem da função feminina na família operou-se em dois tempos. No primeiro, a higiene, acompanhando a urbanização, retirou a mulher do confinamento doméstico, liberando-a para convívio social e o consumo comercial. Esta etapa seria representada pela crítica à “mulher de alcova”. No segundo tempo, reforçando a “estatização dos indivíduos”, a higiene procurou reintroduzir a mulher na família, devidamente convertida ao amor filial e ao consumo de serviços médicos. Esta seria a etapa de condenação à mulher mundana e à prostituta.

A mãe higiênica nasceu, portanto, de um duplo movimento histórico: por um lado, emancipação feminina do poder patriarcal; por outro, a “colonização” da mulher pelo poder médico (COSTA, 2004 p.255).

A emancipação feminina em processo e a participação da mulher popular no mercado de trabalho acarretaria outros desdobramento, dentre eles, a violência contra mulher. De acordo com o código pena de 1890, apenas o adultério feminino era crime, podendo o homem matar em “legítima defesa da honra” a mulher adúltera. Nas páginas das revistas femininas, de acordo com Freire(2009), os assassinato de mulheres ganha destaque e é contabilizado. Algumas informam que morria uma mulher a cada hora. Anna Rita, pseudônimo de Claudio de Souza, que escrevia em diversas revistas, expressava sua indignação ao afirmar que o que resta do direito feminino seria chorar. Acusava a justiça carioca pelas absolvições, que dessa forma, perpetuaria o comportamento do resto da sociedade.

Segundo Soihet(2002) ao analisar os estudos de Chalhoub(1986) sobre as classes populares, argumentava que o homem pobre, sem possibilidade de assumir o papel de provedor da família e de dominador (característica da ideologia dominante), e pela resistência de suas companheiras à sua tirania, utilizava da força como forma de exercer seu poder irrestrito sobre a mulher. Os crimes passionais e a imagem da mulher pobre aparecem nas páginas dos jornais e revistas, entretanto para estudo dessas mulheres, Soihet (2002) utiliza os processos policiais para retratar a violência contra a mulher:

Tais casos de agressões relacionadas a questões domésticas foram recorrentes nos processos analisados, demonstrando que no momento de conflitos reproduziam-se expectativas típicas da sociedade patriarcal. As mulheres deveriam se submeter aos homens executando os serviços exigidos e, caso não fossem atendidos, este se sentiam no direito de agredi-las. No entanto, observa-se que apenas

uma minoria de mulheres não reagia, chegando algumas a defenderem seus companheiros em julgamento (...) a maioria delas reagia de maneiras diversas: muitas gritavam, solicitavam ajuda dos vizinhos e outras tantas se atracavam com o agressor tentando dissipar-lhes as forças.(SOIHET, 2002:276)

Dos direitos e dos deveres da mulher

No século XX a luta feminina pela educação e os direitos políticos e civis se intensificam. A participação feminina no mundo do trabalho aumenta e a instrução se faz necessária, apesar de um discurso que enfatiza o papel de mãe. No artigo da Revista Feminina, janeiro de 1920, a autora Cecília Bandeira de Mele Rabelo de Vasconcelos, que assina com o pseudônimo de Chrysantème, redige sobre a educação feminina:

(...) Nossa adorada pátria, sempre um fato me impressiona e me fere, todas as qualidades, às vezes aparentes, que se cuidam nas meninas e raparigas, todas as ocasiões de as instruir que lhes proporcionam, instrução superficial e enganosa, tem sempre como objetivo o casamento. Desde menina se prencipia a forma mulher, o marido é lhe apontado como a única razão de tudo e por isso é lhe ensinado o canto, a dança e o mau francês! Do resto ninguém cogita. Da educação fina de moral, da instrução sólida que talvez lhe sirva um dia para ganhar sua vida honestamente, ma mãe moderna não quer saber para sua filha moderninha. De que lhe servirá tal talento e tal qualidade, se ela não é apreciada pelo homem, único arbitro do seu destino?

(...) E depois, quando essa menina, assim mal educada e pouco cultivada, degenera numa *Coquetefrívola* e sem alma, numa esposa sem escrúpulos e numa mãe sem entranhas, queixa-se e clama-se contra ela. A culpa é somente das mães modernas, que, sem a compreensão exata dos seus deveres, educam mal suas filhas.

(...) É como se um abysmo se cavasse entre todas as espécies de criatura do meu sexo, tornando-as completamente diversas pelos trajes, pelas modas e pelo pensar. Do que a brasileira precisa sobretudo para gritar bem alto o seu direito de ente pessoal e civilizado, não é de elegância nem de devassas, mas sim de instrução e de educação.

(...) Cuidar mais das almas gentis, do que dos rostos e de sua elegância das vestes. Pensar na responsabilidade que nos cabe de todos os actos das nossas filhas...apontando para o bem como objetivo e guia dos seus pensares e não o homem como marido nem o casamento como ideal...Educar o vosso espírito, oh mães! Para que possas educar vossas filhas.

Até o advento da República, a grande maioria das mulheres era analfabeta no Rio. A instrução feminina se manteve precária, fosse nas escolas públicas e particulares, ou educandários para meninas carentes. Só em 1907 as primeiras mulheres na cidade se formam bacharéis em Ciência e Letras através da aprovação dos exames preparatórios locais (ARAUJO, 1995:70). Tendo na separação entre Igreja e Estado como um dos fatores de mudança na educação feminina, que libertando da tutela católica, priorizando a defesa da moral e da família.

E neste sentido, os liberais clássicos não priorizavam a educação feminina voltada para sua emancipação, mas sim, para melhor formá-la para exercer sua função de esposa e mãe. As mulheres das famílias da elite são as primeiras no ingresso em cursos de nível superior. Os avanços na educação feminina contribuíram para a transformação da mentalidade de submissão e a atmosfera urbana liberalizante lhes permitiu cruzar as fronteiras entre a casa e a rua.

Nesse período, apesar de mulheres tornarem-se médicas, advogadas, biólogas (Berta Lutz, na Sorbonne) enfermeiras, etc. No entanto, há dois setores que catalisam a mão-de-obra feminina, decorrentes também, pela permanência dos estereótipos femininos: os serviços domésticos (que não requeriam instrução, além dos “dotes e qualidades femininas”) e no magistério, que apesar de requerer qualificação, se enquadrava na idéias estabelecidas sobre a imagem da mulher e seu papel social (ARAUJO, 1995:75-76). O recuo dos homens no magistério, de acordo com a autora, seguiu uma via de mão-dupla: de uma lado os homens que pretendiam entrar em profissões mais bem remuneradas as quais a mulher ainda não teria acesso; de outro, revelando uma possível atuação mais agressiva para inserção feminina no mercado de trabalho. Nos “Correios, Telégrafos e Telefones”, a participação feminina chegava a um terço do quadro de funcionários, em 1920. Como era um setor parcialmente moderno, típico das grandes cidades, e que pela ausência de tradição, pode ter facilitado sua inserção.

Com a urbanização, a vida feminina ganha novas dimensões, mas não se altera substancialmente a supremacia do poder masculino. No âmbito privado da família, a resistência às novas formas de comportamento da mulher são neutralizadas na medida em que assegura a estabilidade emocional e o equilíbrio funcional do grupo familiar.(ARAUJO, 1995:77)

Enquanto a mulher começa a ocupar seu lugar no mundo do trabalho e no cenário urbano, mais recai sobre ela as exigências morais, como o tabu da virgindade. E quanto mais escapa da esfera da vida privada doméstica, mais a sociedade burguesa lança sobre ela o pecado, a culpa, a moral. O sentimento de culpa sobre o abandono dos cuidados dos filhos, marido e da casa.

Assim, aquelas que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza, inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime. Não amamentar e não ser esposa e mãe significava desobedecer a ordem natural das coisas, ao mesmo tempo que se punha em risco o futuro da nação.(RAGO, 1985:79)

Podemos ver nas revistas e jornais femininos que para além de seus papéis sociais de mãe educadora, e de sua inserção no mundo do trabalho, o sufrágio feminino encontra um espaço privilegiado de discussão pública. No Jornal das Moças, de janeiro de 1920, há uma matéria de página inteira sobre o projeto de lei do senador Justo Chermont para a mudança na legislação que incluía o voto feminino:

Para os espíritos alheios dos fenômenos sociais e políticos que vêm caracterizando a hora atual do mundo, o projeto do Sr. Senador Justo Chermont, dando à mulher brasileira o direito do voto, apresentou-se como obra revolucionária.

Bem sabemos que da cadeia dos tempos o elo mais difícil de quebrar é o da tradição. Tanto nos habituamos - com manifesta injustiça - a ver nas mulheres patrícias apenas um objeto ornamental a despeito das iniludíveis provas de capacidade por elas dadas, que vamos com espanto, quase com revolta, aquilo que traz, única e simplesmente, uma conquista da época liberal que atravessamos.

(...) Apresentado no último mês de sessão já em prorrogação, não será elle porém desde já incluído na ordem do dia para debate. Tempo haverá, pois, nos meses de interregno parlamentar até maio, para que se reduzam as oposições que ao que se diz serão numerosas entre os senadores contra a idéia que taxam de revolucionária. Reflectam esses teimosos que o voto feminino é idéia victoriosa hoje em quase todos os povos civilizados; e mais, que a mulher não pleitea esse direito por fantasia da moda, antes conquistou-o nobre e bravamente com a documentação de sua capacidade política, administrativa e cidadã nos dias mais ásperos e trágicos da história.

A mulher brasileira não passou por essa provação terrível, que dilacerou os corações de suas irmãs européas; mas sua capacidade não é menor que a dellas, e portanto não são menos dignos de atendimento os seus direitos.

A economia dos discursos (táticas, tecnologias, necessidades de seu funcionamento) não deve ser entendido somente como representações ideológicas, mas a história da sexualidade (aqui vista sobre a ótica do papel feminino) deve ser entendida como a história dos discursos, um discurso médico sobre a verdade científica, sobre a sexualidade e sobre os sexos e dos seus desdobramentos nos papéis sociais. E a sociedade não se recusou a reconhecer o importância do sexo, muito pelo contrário, ela instaurou todo um aparato estatal e instituições públicas que visavam produzir um discurso verdadeiro, regulado pela medicina. Através da pedagogia, da medicina social e da economia, fazia do sexo um negócio de Estado, ou seja, uma questão em que o todo social e de seus indivíduos, eram convocados a vigilância e a auto-vigilância. Em que os padrões da moral e os papéis sociais são resignificados.

Nova, também, porque se desenvolvia ao longo de três eixos: o da pedagogia, tendo como objetivo a sexualidade específica da criança; o da medicina, com a fisiologia sexual própria das mulheres como objetivo; e, enfim, o da demografia, com o objetivo da regulação espontânea ou planejada dos nascimentos. (FOUCAULT, 1977:110)

Foi um longo caminho percorrido pelas mulheres por seus direitos, como indivíduos dotados de inteligência, que pudessem galgar seu lugar de cidadãs em nossa sociedade. A imprensa feminina influenciou os padrões socialmente construídos e aceitos sobre as mulheres, e que aparece como espaço social privilegiado, por onde as idéias femininas/feminista ecoam pelo território nacional, focalizando as mudanças nos papéis sociais femininos. O sufrágio feminino só se concretizou em 1934. Lutaram por sua emancipação que perpassava a necessidade de instrução e de trabalho dignos, dos direitos civis e de seu direito ao próprio corpo.

A histerização das mulheres, que levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no q diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade. (FOUCAULT, 1977:137)

O interesse das revistas na emancipação feminina parecia responder a uma mudança nos padrões sociais e sua inserção nos debates públicos sobre as questões feministas seja no plano social quanto no político. A existência de um diálogo mais amplo sobre os conceitos e defesas de opiniões (mesmo que divergentes) sobre mudanças dos papéis sociais femininos, tornaram as revistas femininas um espaço privilegiado para o debate em tornos dessas

questões sobre o comportamento das mulheres, contribuindo para a construção de identidades e as subjetividades.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ARAUJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

AS PROVINCIAS do centro. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. *O Brasil Monárquico: dispersão e unidade*. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O bello sexo – imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. PPGAS/UFRJ, 1988.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: 1986.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

D'INCAO, Maria Ângela. *Mulheres burguesas*. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. In PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

FREIRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2004.B

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mãe e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Aula de 17 de março de 1976.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MACHADO, Roberto. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. *Projeto História*, São Paulo, n. 25, 269-289, 2002.

SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, dec. 2007.

_____. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância de Bertha Lutz In: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 15, 97-117, 2000.

SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003.

Periódicos

O sexo feminino, 1873, ano I, nº2

O Bello sexo, 1862, nº 1

Revista Feminina, 1920, nº1

Jornal das Moças, 1920, nº 1